

(Re) Escrevendo e (Re) Pensando a Segurança:

Gales, Paris e Copenhagen.

Introdução

Os estudos estratégicos adquiriram um enorme destaque no contexto da Guerra Fria, fazendo com que a grande parte da produção intelectual da época, sobre a sub-área de segurança internacional, estivesse fortemente impregnada pelo arcabouço conceitual realista, bem como da maneira positivista de produzir conhecimento, ou seja, tentando impelir não somente à disciplina das relações internacionais, mas também ao campo da segurança internacional o caráter de uma ciência exata, objetiva.

O Estado, no campo dos estudos estratégicos, aparece como objeto referente central da segurança, que é pensada em termos de segurança nacional e interesses nacionais, atribuindo uma grande importância à soberania estatal e com um foco estritamente militar. Esta visão, com o termino da Guerra Fria sofreu e ainda sofre severas críticas por parte de acadêmicos adeptos de uma conceitualização mais crítica da segurança. De acordo com Rita Floyd a área de segurança é mais frequentemente exposta à contestação pelo fato do significado da segurança não ser ontologicamente pré-concebido.¹

Com o fim da Guerra Fria as relações transnacionais e regionais receberam um forte impulso, e as fronteiras nacionais não mais se configuram como obstáculos para a livre circulação de pessoas, coisas, capital e principalmente informações. A redução do papel do Estado no contexto internacional – e para alguns, até mesmo o fim do Estado enquanto instituição soberana – colocou em cheque o objeto referente central da segurança.

Nesse contexto de reorientação das relações internacionais bem como das relações de poder, emergem os estudos críticos de segurança que acreditam que as grandes rupturas conceituais não se devem a livros ou a grandes eventos – como a queda do Muro de Berlim – mas sim às trocas acadêmicas realizadas em encontros e debates, da contingência da vida e das condições materiais.²

¹ FLOYD, Rita. **Towards a consequentialist evaluation of security**: bringing together the Copenhagen and the Welsh school of security studies. **Review of International Studies**, v.37, p.350-327. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/download.php?file=%2FRIS%2FRIS33_02%2FS026021050700753Xa.pdf&code=b62399c16a08411d3f42f347c677729f>. Acesso em 30 mai 2007.

² COLLECTIVE, c.a.s.e. Critical Approaches to Security in Europe: a networked manifesto. **Security Dialogue** vol. 37, p.487-443. Disponível em: <<http://sdi.sagepub.com/cgi/content/abstract/37/4/443>>. Acesso em 15 de mai 2007.

Os estudos de segurança crítica ou Critical Security Studies (CSS) estão concentrados na Europa, isto é, são eurocêntricos e estão relacionados com as especificidades históricas desse continente, principalmente nos anos da Guerra Fria em que importantes estudos sobre a paz e a segurança foram desenvolvidos, com destaque para John Galtung e Dieter Senghaas.³ Em contrapartida, os estudos estratégicos estão concentrados nos Estados Unidos da América (EUA), onde não há muitos debates acerca dos estudos de segurança, existindo, na verdade, um debate intra-realista entre realismo defensivo e realismo ofensivo.⁴ Pode-se afirmar que os debates sobre segurança que ocorrem na Europa são reflexivistas, enquanto que os norte-americanos partem de uma perspectiva racionalista na qual o dilema da segurança é pensado em moldes de soma zero. Todavia, Barry Buzan faz questão elucidar que a construção da segurança dentro da Escola de Copenhague é de tão modo estável que é realizada objetivamente, ou seja, não é reflexivista.

Pensar criticamente a segurança, a realidade social, significa não tomar como verdades prontas e acabadas todo e qualquer tipo de conhecimento que nos é passado, ou seja, fomentar um pensamento independente. Nesse sentido, três escolas européias destacam-se dentro debate sobre as novas concepções de segurança, são elas: Aberystwyth, Paris e Copenhague. Entretanto, o rótulo de “escolas” é feito apenas para situar os autores e debates geograficamente, mais do que para expressar um pensamento unitário.⁵ Um ponto importante é a concepção que os autores dessas escolas possuem da relação entre a pesquisa e a política, pois para eles a pesquisa não está de maneira alguma dissociada de intenções políticas, e eles, enquanto autores são responsáveis por falar e escrever a segurança, fato que impele transformações à realidade e a concretização de projetos políticos.⁶

A Escola de Copenhague

Sob o rótulo de “Escola de Copenhague” estão os seguintes autores: Barry Buzan, um construtivista realista da Escola Inglesa com raízes no pensamento estratégico, Ole Waever

³ Id.

⁴ WAEVER, OLE. **Aberystwyth, Paris, Copenhagen New ‘Schools’ in Security Theory and their Origins between Core and Periphery**. 2004. Disponível em: <www.isanet.org>. Acesso em 25 mai.2007.

⁵ COLLECTIVE, op. cit, p.444.

⁶ FLOYD, op. cit, p.336.

que se auto-intituiu como um realista pós-estruturalista e com forte influência de Jacques Derrida e Henry Kissinger, e também Jaap Wilde.⁷

Ole Waever aponta que o pensamento da Escola de Copenhagen pode ser compreendido por meio das seguintes ferramentas conceituais: a teoria da *securitização*⁸, os setores de segurança e a teoria do complexo regional, e afirma que a teoria da securitização é o ponto mais importante para o entendimento da proposta da escola, mas ressalta que não se pode perder de vista a importância da interação entre esses conceitos.⁹

Securitização é o processo pelo qual determinado objeto referente é tratado como uma ameaça existencial, retirando-o da esfera política de modo a legitimar ações fora dos procedimentos legais do Estado, isto é, uma politização¹⁰ extremada.¹¹ As unidades envolvidas no processo de *securitização* são: a) *os objetos referentes*, que são aqueles que podem ser considerados como ameaçados e passíveis de serem transformados em questões de segurança; b) *os atores securitizados* são os que declaram, por meio do discurso, que determinado objeto referente é uma questão de segurança; c) *os atores funcionais*, que é uma categoria intermediária às outras duas, porém sem perder o seu poder de influência, pois são estes que concordam ou não com a securitização proposta pelos agentes, embora em muitos casos esta seja transformada em um discurso único e coercitivo.¹²

A *securitização* é baseada no manuseio do poder, do poder da elite que declara que determinado objeto referente é uma ameaça, retirando-os da esfera política de debates de modo a justificar ações fora das fronteiras dos Estados e muitas vezes desrespeitando os princípios democráticos e até mesmo os direitos humanos. No campo da teoria da *securitização* há também o conceito de *deseuritização*, uma vez que a segurança é um conceito negativo – pois é reflexo da falha na esfera política de tomada de decisões – a *securitização* pode passar pelo movimento de *deseuritização* que aparece como uma maneira de limitar o discurso da segurança e evitar, ao máximo, medidas de exceção.¹³

Deseuritizar é fazer com que determinado objeto referente saia da esfera pública de debates e seja *despolitizado* configurando-se em uma *deseuritização* negativa, porém, caso o

⁷ COLLECTIVE, op. cit, p.452.

⁸ A teoria da securitização foi elaborada por Ole Waever.

⁹ WAEVER, op. cit, p.9

¹⁰ Entende-se por politização o processo pelo qual um determinado assunto é transformado em política pública, demandando medidas governamentais e alocação de recursos.

¹¹ BUZAN, WAEVER, WILDE. **Security**: a new framework for analysis. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

¹² Id.

¹³ WAEVER, op. cit., p.13.

dado objeto permaneça na esfera política, na agenda política, a *desecuritização* será positiva, uma vez que o objeto ainda é foco de atenção.¹⁴ Infere-se então que a *desecuritização* cabe não somente aos *atores securitizados*, como também aos pesquisadores e profissionais da segurança, porque as ações e escritos desses possuem impactos no modo de enxergar e entender as coisas que nos ameaçam, mesmo que eles não tenham essa intenção.

A outra ferramenta de análise da Escola de Copenhagen é a teoria dos complexos regionais que postula que algumas unidades políticas estão tão conectadas, integradas, assim como seus processos de *securitização* e *desecuritização*, que suas questões de segurança não podem ser analisadas e, muito menos, resolvidas separadas umas das outras.¹⁵ Para a Escola de Copenhagen a dinâmica gerada pelos complexos regionais pode ser percebida por meio de uma análise orientada para os níveis regional, inter-regional e global, possuindo uma dimensão que incorpora a relação amigo/inimigo, relação essa que será responsável pela maior afinidade ou não entre países de uma mesma região, fazendo com que do conflito surja a cooperação que se exteriorizará na institucionalização e normatização de um complexo regional, como é o caso, hoje, da União Européia (UE).¹⁶

A terceira idéia apontada pela Escola de Copenhagen é a noção de setores, que não mais restringe a segurança ao setor militar, apontando a existência dos setores econômico, ambiental, social e político da segurança, que são passíveis de serem securitizados de acordo com a intenção do *ator securitizado*. Desse modo, têm-se a construção social das ameaças e da segurança, o que faz com que a Escola de Copenhagen tenha uma grande influência da teoria construtivista das relações internacionais, uma vez trabalha com a criação de identidades coletivas que são parte importante de qualquer setor de uma sociedade.

O setor social é o maior responsável pelo mal-estar causado nos pesquisadores sobre as novas abordagens de segurança, dentro da teoria de *securitização*, pois a segurança social arrisca legitimar uma política de segurança não-estatal, ou seja, uma vez que todos podem realizar o “speech act” em nome da segurança da sociedade – declarar determinado objeto referente como questão de segurança – isso acaba incorrendo em uma deslegitimação do Estado enquanto agente protetor da sociedade.¹⁷

¹⁴ FLOYD, op. cit., p.343.

¹⁵ BUZAN, 1991, apud WAEVER, 2004, p. 20.

¹⁶ COLLECTIVE, c.a.s.e. Critical Approaches to Security in Europe: a networked manifesto. **Security Dialogue** vol. 37, p.487-443. Disponível em: <<http://sdi.sagepub.com/cgi/content/abstract/37/4/443>>. Acesso em 15 de mai 2007.

¹⁷ HUSYMANS, Jef. **Defining Social Constructivism in Security Studies**: the normative dilemma of writing security. Disponível em: <<http://download72.mediafire.com/tmoi0o3hlszg/f94mktbw6xh/huysmans+-+social+constructivism.pdf>>. Acesso em 20 de ago. 2007.

A *securitização* pode ser entendida como um processo de significação, pois por meio de um discurso atribui-se significação a uma dada realidade, sendo que nesse ponto a identidade é tratada como uma entidade mais estável, pois, por mais fluída que seja, essa será congelada pelo movimento de *securitização*.¹⁸

A Escola de Gales

Aberystwyth ou Escola de Gales está fortemente relacionada com a Teoria Crítica que se fundamenta na Teoria Marxista. A Teoria Crítica foi desenvolvida pela chamada Escola de Frankfurt que tem como proposta central emancipar o indivíduo de uma falsa consciência imposta pelo modo positivista de produzir conhecimento que busca objetivar demais a realidade, propondo, assim, uma teoria reflexivista. Richard Wyn Jones e Ken Booth são os principais nomes da Escola de Aberystwyth e postulam que a emancipação do indivíduo é o ponto central para a criação de segurança.¹⁹

Para os autores da Escola de Gales o paradigma realista das relações internacionais bem como a excessiva ênfase dada aos estudos estratégicos, não mais servem para explicar a realidade do mundo pós-Guerra Fria, que para eles é uma realidade em que o sistema westphaliano de soberania dos Estados desintegrou-se, passando a configurar-se em uma comunidade global. O fim do Estado-Nação é visto de maneira extremamente positiva, pois para Booth e Wyn Jones o Estado é a fonte de todas as inseguranças.²⁰

Para Ken Booth, a emancipação dos indivíduos é responsável pela verdadeira produção de segurança, não concebendo relações de poder e ordem nessa perspectiva.²¹ Ole Wæver discorre que os estudos de segurança crítica aproximam-se muito da agenda de pesquisa crítica da paz de Galtung e Senghass, e que para Aberystwyth a segurança é reorientada para indivíduo (segurança humana), abrindo caminho para uma concepção de segurança que inclua tudo aquilo o conceito tradicional rejeitou.²²

¹⁸ Id., p.453.

¹⁹ FLOYD, Rita. **Towards a consequentialist evaluation of security:** bringing together the Copenhagen and the Welsh school of security studies. **Review of International Studies**, v.37, p.330. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/download.php?file=%2FRIS%2FRIS33_02%2FS026021050700753Xa.pdf&code=b62399c16a08411d3f42f347c677729f>. Acesso em 30 mai 2007.

²⁰ Id., p. 332.

²¹ BOOTH, Ken. Security and Emacipation. **Review of International Relations**, v. 14, nº 4, p.326-313.

²² WAEVER, op. cit., p.7.

Um ponto importante na Escola de Gales é a normatividade da segurança, pois procura libertar a segurança de sua estrita relação com o poder e a ordem, e ao postular que a segurança só pode ser produzida por meio da emancipação total do indivíduo imprimir um caráter normativo à própria emancipação.²³ Rita Floyd, no entanto aponta os problemas decorrentes da convicção normativa gerada pela emancipação como equivalente a segurança, pois com isso se perde a noção de até onde a segurança pode ir, uma vez que a teoria de segurança de Aberystwyth perde a limitação de quem pode e quem não pode *securitizar* – que aparece em Copenhague – e parte do pressuposto de quanto mais segurança melhor, o que poder ocasionar problemas, além de metodológicos, na construção simbólica da realidade.²⁴

Desse modo, as estruturas materiais e sociais – juntamente com o desenvolvimento de um pensamento crítico livre do empiricismo e dos pressupostos positivistas – convergem para fins de emancipação do indivíduo e do grupo ao qual pertence, produzindo, de acordo com a Escola de Aberystwyth, segurança. Os teóricos dessa escola pós-marxista abrem – ao afirmarem a normatividade da emancipação enquanto segurança – um extenso caminho para discussão sobre o que seja a normalidade, uma vez que a segurança possui efeitos diretos sobre essa. Claudia Aradau critica o viés imaginário da política de emancipação dentro da proposta da Escola de Gales, que acaba por não encontrar referencial simbólico na realidade, além de perder de vista as relações de poder que estruturam a realidade política.²⁵

Assim, a realidade concebida pelo conceito tradicional de segurança não é suficiente para a Escola de Gales, uma vez que essa entende o Estado como o objeto referente central da segurança, não permitindo que esta se estenda às pessoas. Por isso é necessária a emancipação da falsa consciência do indivíduo, resultante de anos sob as diretrizes da modernidade, bem como pelo apego ao positivismo e a excessiva necessidade de objetivar a realidade. É nesse ponto que se impõe a necessidade de pensar criticamente, de dar luz às suas próprias idéias – ficando claro nesse ponto a forte influência kantiana – gerando segurança e tornando-se responsável pelo resultado que suas inferências impelem à realidade.

A Escola de Paris

²³ COLLECTIVE, op. cit., p.456.

²⁴ FLOYD, op. cit., p.333.

²⁵ ARADAU, Claudia. **Theorizing Security e and the limits of politics**. Disponível em: < <http://critical.libertysecurity.org/documents/Aradau.doc>>. Acesso em 15 jul. 2007.

A Escola de Paris parece ter chegado um pouco tarde na discussão sobre segurança devido à barreira lingüística existente entre os países de língua inglesa para com um outro de língua francesa, mas trouxe grandes contribuições para o debate entre a questão interna/externa da segurança, possuindo um arcabouço conceitual que inclui a sociologia da imigração, criminologia, direito, política sociológica e relações internacionais. Nessa escola, destaca-se a figura de Didier Bigo e de Jef Huysmans²⁶ que introduziram uma agenda voltada para os profissionais da segurança, os efeitos políticos da tecnologia e do conhecimento na segurança, e a racionalidade governamental da segurança.²⁷

Os teóricos da Escola de Paris pensam em termos de (in) segurança, pois para eles o modo pelo qual a segurança é definida, construída, condiciona a insegurança. A *desecuritização*, que já foi anteriormente exposta, para os pensadores de Paris nem sempre elimina a insegurança ou incrementa a crença na esfera política.²⁸ Nessa perspectiva, de acordo com o que aponta a rede de pesquisadores c.a.s.e collective²⁹, a *securitização* é aqui concebida como um meio de controlar as fronteiras, a circulação de indivíduos, controlando ameaças e os profissionais da segurança, como a polícia, são responsáveis pela configuração do inimigo e da relação que nós desenvolvemos com ele. Sendo assim, são dignas de nota as três premissas fundamentais de Paris desenvolvidas pelo c.a.s.e collective:

- (1) A Escola de Paris destaca a audiência, as práticas e o contexto que possibilitam ou restringem a produção de formas específicas de governabilidade;
- (2) A segurança é uma técnica de governo;
- (3) Concentra-se nos efeitos dos jogos do poder, e não nas intenções orientadas pelo uso do poder.

O trabalho de Bigo é fortemente influenciado pela obra de Bourdieu, principalmente pelo seu conceito de campo como um espaço social distinto e constituído pela interdependência entre diferentes posições. O campo do profissional da (in) segurança é,

²⁶ Jef Huysmans foi , em grande medida, responsável pela quebra dessa barreira lingüística entre o inglês e o francês.

²⁷ COLLECTIVE, op. cit., p.449.

²⁸ Id., p.457.

²⁹ C.a.s.e collective é formado por um grupo de acadêmicos que ajudou no desenvolvimento do artigo “Critical Approaches to Security in Europe: a networked manifesto” e que apresentam um grande interesse pelos estudos de segurança crítica , e que se inspirou no texto “Aberystwyth, Paris, Copenhagen New ‘Schools’ in Security Theory and their Origins between Core and Periphery” publicado em 2004 por Ole Waever, para o desenvolvimento de suas pesquisas.

assim, analisado por Bigo como um espaço de lutas que cria homogeneidade de interesses e não de identidades, sendo também um campo da dominação, pois suas fronteiras são permeáveis, fato que aponta para a necessidade de um maior entendimento sobre como os espaços sociais operam.³⁰

A questão sobre a segurança interna e externa é central no entendimento dessa escola que lida, de modo mais específico, com as questões concernentes à imigração para os Estados europeus, ou seja, aqui o objeto referente central é a imigração. O campo da segurança interna sofreu uma grande expansão de maneira que suas políticas foram exteriorizadas na arena internacional, e várias agências de segurança que antes não possuíam relevância vêm o seu papel ampliado com a privatização da segurança, como por exemplo, companhias militares privadas.³¹

Com os atentados de 11 de setembro os governos nacionais, principalmente os Estados Unidos da América (EUA), passaram a adotar medidas de emergência que desrespeitaram – e ainda desrespeitam – os direitos humanos e a democracia liberal com a justificativa de estarem combatendo um inimigo excepcional e por isso precisaram e ainda precisam adotar o estado de exceção. Dessa maneira, Bigo, assim como os estudos de segurança crítica, desenvolve uma crítica ao estado de exceção de Carl Schmitt, e aponta que a *securitização*, além de funcionar como legitimadora de medidas de exceção, reforça e privilegia o discurso estratégico das elites, pois para ele somente aqueles que possuem uma posição privilegiada na estrutura institucional podem transformar um determinado objeto referente em questão de segurança.³²

Jef Huysmans parte de uma perspectiva social construtivista em que a virada lingüística da teoria social possui uma grande importância, ou seja, de acordo com Huysmans o seu projeto de pesquisa coloca a o significado social da linguagem no centro, como força produtora da realidade e integradora das relações sociais.³³ Huysmans aponta então para o dilema normativo da segurança, isso é, o dilema de escrever e falar a segurança.

Segundo Huysmans esse dilema deve-se ao fato de que a maneira como se escreve ou fala-se a segurança pode levar a *securitização* daquilo que o autor, locutor, tenta evitar, e que ele mesmo critica, ou seja, sua própria crítica de uma dada *securitização* pode contribuir para

³⁰ COLLECTIVE, op. cit., p. 458.

³¹ Ib., p. 459-464.

³² COLLECTIVE, c.a.s.e. Critical Approaches to Security in Europe: a networked manifesto. **Security Dialogue** vol. 37, p.487-443. Disponível em: <<http://sdi.sagepub.com/cgi/content/abstract/37/4/443>>. Acesso em 15 de mai 2007.

³³ HUYSMANS, op. cit., p. 4.

reforçar essa *securitização*, e até mesmo legitimá-la. O dilema normativo da segurança deve-se a interpretação da segurança como socialmente construída, como efeito de um movimento, de uma mobilização.³⁴

Conclusão:

Em que pese as diferenças de abordagens teóricas e de ferramentas conceituais para explicar a segurança, utilizadas por essas três escolas, é ponto comum entre elas, o fato de todas rejeitarem o conceito tradicional de segurança e proporem uma nova abordagem do tema.

Essas escolas buscam discutir o *status quo* da segurança na atual sociedade internacional, uma sociedade que não mais concebe interesses puramente estatais e decisões tomadas unilateralmente, pois agora existem outras dimensões sob as quais a segurança é pensada, com o caso do indivíduo e do meio ambiente.

A teoria da *securitização* aparece como uma questão central em todas essas abordagens, que utilizando de caminhos diferentes discutem o movimento de *securitização* dentro de uma perspectiva crítica, e a sua contrapartida na realidade que é o dilema normativo da segurança. De acordo com o próprio Huysmans, é necessário um maior enfoque na questão do poder do que apenas descrever mudanças conceituais no campo da segurança.

³⁴ HUSYMANS, Jef. **Defining Social Constructivism in Security Studies:** the normative dilemma of writing security. Disponível em: <<http://download72.mediafire.com/tmoi0o3hlszg/f94mktbw6xh/huysmans+-social+constructivism.pdf>>. Acesso em 20 de ago. 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MEIO IMPRESSO

7.1 MEIO IMPRESSO

BUZAN, Barry. **An introduction to strategy studies**: military technology and international relations. London: Macmillan, 1987.

BOOTH, Ken. Security and Emacipation. **Review of International Relations**, v. 14, nº 4, p.326-313.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. **Security**: a new framework for analysis. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

COOPER, Robert. **The breaking of nations, order and caos in the twenty-first century**. London: Atlantic Books, 2004.

DOUGHERTY, James e PFALTZGRAFF, Robert L. **Teorías en pugna en las relaciones internacionales**. Buenos Aires: Latinoamericano, 1993.

HAAS, Ernest B. The obsolescence of regional integration theory. Berkeley: University of Califórnia Press, 1976.

KATZENSTEIN, Peter J. **The culture of national security, norms and identity in world politics**. New York: Columbia Press University, 1996.

RUGGIE, John G. **Constructing the World Polity**. Nova York: Routledge, 1998.

MEIO ELETRÔNICO

ARADAU, Claudia. **Theorizing Security e and the limits of politics**. Disponível em: < <http://critical.libertysecurity.org/documents/Aradau.doc>>. Acesso em 15 jul. 2007.

COLLECTIVE, c.a.s.e. Critical Approaches to Security in Europe: a networked manifesto. **Security Dialogue** vol. 37, p.487-443. Disponível em: <<http://sdi.sagepub.com/cgi/content/abstract/37/4/443>>. Acesso em 15 de mai 2007.

Cultures&Conflicts. Disponível em: <www.conflicts.org>

FLOYD, Rita. **Towards a consequentialist evaluation of security**: bringing together the Copenhagen and the Welsh school of security studies. **Review of International Studies**, v.37, p.330. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/download.php?file=%2FRIS%2FRIS33_02%2FS026021050700753Xa.pdf&code=b62399c16a08411d3f42f347c677729f>. Acesso em 30 mai 2007.

HUYMANS, Jef. **Dire e ecrire la securité: le dilemma normative des études de sécurité.** Disponível em: <<http://www.conflits.org/document545.html>>. Acesso em 12 jul. 2007.

HUSYMANS, Jef. **Defining Social Constructivism in Security Studies:** the normative dilemma of writing security. Disponível em: <<http://download72.mediafire.com/tmoi0o3hlszg/f94mktbw6xh/huysmans+-social+constructivism.pdf>>. Acesso em 20 de ago. 2007.

TAURECK, Rita. **Securitisation theory – The Story so far:** Theoretical inheritance and what it means to be a post-structural realist. Disponível em: <<http://www.cceisaconf.ut.ee/orb.aw/class=file/action=preview/id=164452/TAURECK.doc>> Acesso em 22 jun. 2007.

WAEVER, OLE. **Aberystwyth, Paris, Copenhagen New ‘Schools’ in Security Theory and their Origins between Core and Periphery.** 2004. Disponível em: <www.isanet.org>. Acesso em 25 mai.2007.